

SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS

William Thomas¹

Resumo

A segurança nas fronteiras é uma realidade multifacetada, em que as questões locais estão intimamente relacionadas com as questões nacionais, regionais e internacionais. Portanto, este trabalho resolverá questões de segurança fronteiriça sob a ótica do eixo das relações bilaterais Brasil-Paraguai e Brasil-Uruguai, cujo marco analítico é o debate sobre a composição das novas ameaças na área de fronteira e a forma de cooperação contra essas ameaças. Tendo em vista que todos os países são membros plenos do Mercado Comum do Sul, sua demarcação pode ser analisada para as estratégias nacionais de segurança das fronteiras aplicáveis ao nível regional, e sua importância no contexto político, econômico e estratégico do Cone Sul. Além disso, dada a porosidade das fronteiras do Brasil, a análise de novas ameaças no contexto da integração regional questionou métodos e políticas tradicionais que não consideravam essas novas tendências. Nesse caso, a questão central do documento de orientação é: como a resposta do Brasil aos desafios da segurança das fronteiras afeta a cooperação e a integração com o Paraguai e o Uruguai? O argumento central é que as medidas brasileiras de promoção da segurança fronteiriça refletem os laços cada vez mais estreitos entre a defesa nacional e a segurança pública, o que tem levado o setor a uma cooperação mais estreita, mas esta é afetada pela forte assimetria de recursos e pela existência de segurança entre si. O uso de teorias de relações internacionais, documentos e dados oficiais, combinados com pesquisas de negócios e pesquisas políticas exclusivas sobre segurança de fronteiras, serão usados para apoiar esse argumento e questioná-lo.

Palavras-chave: Fronteira Brasil-Paraguai; fronteira Brasil-Uruguai; fronteiras; segurança internacional; defesa nacional.

INTRODUÇÃO

A área de fronteira do Brasil é caracterizada pelo fluxo denso de pessoas no entorno, por isso também apresenta um fluxo denso de mercadorias e a interação entre os povos da América do Sul, que é única. O fluxo geral de capital, mercadorias e trabalhadores é uma característica óbvia do mundo contemporâneo, que é uma característica típica da revolução tecnológica.

Neste caso, existem questões importantes a nível local, regional, nacional e global, nomeadamente, infrações transfronteiriças. De acordo com a pesquisa de Lia

¹ E-mail: william.thomas@prf.gov.br.

Osório Machado (2011), na economia mundial tem se destacado o tráfico de entorpecentes, que tem influência e efeitos únicos em cada estado; porém, o caráter transnacional da organização tem acumulado capital e viabilidade por meio de lavagem de dinheiro e vazamento de moeda, o que está relacionado com a fragilidade de contramedidas eficazes, o que tornou o tema das drogas ilegais proeminente e relevante na geopolítica global.

É importante notar que as pesquisas e análises acadêmicas atuais sobre planejamento estratégico de limites e gestão da segurança pública são escassas e quase inexistentes; seu escopo institucional é implementar uma nova governança entre os participantes da segurança pública sem um método hierárquico.

É justamente por causa das lacunas de pesquisa desta seção que este artigo tem como objetivo coletar informações valiosas para melhorar a compreensão das políticas relacionadas à segurança pública em áreas de fronteira que ainda não foram popularizadas. Do ponto de vista da bibliografia e do discurso, esta pesquisa tem como objetivo explorar brevemente diversos aspectos relacionados ao *status quo* da segurança pública fronteiriça e seus principais participantes.

Como o Brasil está imerso no atual ambiente histórico e político da globalização, a integração das forças de segurança pública em áreas-chave (como fronteiras nacionais) tornou-se uma questão fundamental. A implementação do conteúdo descrito no decreto com base nessas decisões e propostas para o "Plano Estratégico de Fronteiras" será o primeiro passo para melhorar a segurança pública nacional.

A QUESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Atualmente vivemos em um mundo marcado por diferenças políticas e geográficas; por mais natural que pareça, não é bem assim. No início a fronteira era uma parte importante de um Estado-nação soberano e pode ser entendida como um elemento característico da humanidade. Mas esse não é o caso. Enfim, é uma espécie de escolha política, nem sempre por consenso, mas como elemento marcante do Estado-nação e, por causa da intersecção entre os países, aparecem

também como elemento marcante da ordem e do sistema internacional (DIENER; HAGEN, 2012).

O estabelecimento de fronteiras envolve uma série de processos sociais, incluindo conflitos, negociações, interesses dos estados e poderes fronteiriços e as vidas das pessoas que neles vivem. Portanto, a compreensão da dinâmica das fronteiras envolve a existência de relações internacionais cotidianas em nível local, e essa mudança pode decorrer das políticas das potências globais, e as relações entre tais relações nem sempre são conciliadas pelos países fronteiriços.

Em Foucher (1991), o autor enfatiza a evolução do significado temporal das fronteiras. O surgimento das fronteiras deve-se à formação de misteriosos e religiosos coletivos humanos com o objetivo de separar e unificar "nós" e "eles". A identidade do "nós". Desde o início da paz na Vestfália, um conceito de território político será adicionado à gestão dos territórios com base na soberania e princípios religiosos, o que mostra a iniciativa e intenção de eliminar os conflitos religiosos. Os limites correspondem a identidades semelhantes. Independentemente da diferença de tempo e das necessidades de cada nação, ainda hoje, as demandas territoriais políticas das fronteiras se confundem com os discursos ideológicos de ocupação do espaço territorial, sejam esses discursos religiosos, morais ou nacionalistas. Hoje as restrições ainda pressionam para a formação de uma identidade unificada.

De acordo com Raffestin (1993, p. 165), “desde o surgimento da humanidade, o conceito de fronteiras e limites sofreu um desenvolvimento considerável e nunca desapareceu”. No entanto, o conceito de tecnologia linear e restrições estritas será uma inovação que surgirá com a formação dos Estados-nação (FOUCHER, 1986).

Portanto, a fronteira é uma instituição anterior ao Estado-nação e uma instituição histórica que existe há muito tempo no desenvolvimento da política humana. Desde então, mesmo que as ideias tenham mudado, ainda são a base da vida humana. Nesse sentido, a transformação do conceito de fronteira é acompanhada pelo desenvolvimento da cartografia e do desenvolvimento da tecnologia linear; e a tecnologia linear se desenvolve com a formação dos Estados-nação. Esses desenvolvimentos aumentam o potencial do país como estrutura

espacial básica de forma linear, e têm a função de fragmentar outras unidades ou descontinuar a geopolítica, podendo contar com dois aspectos: um interno e outro externo. Dessa forma, o objetivo não é apenas o espaço, mas também o tempo da história, da sociedade, da economia, do país, da língua e de outras separações (FOUCHER, 1991, p. 38).

Foucher (2009), em *Obsessão por Fronteiras*, trata de quatro episódios que significaram a mundialização das fronteiras enquanto componentes da estrutura interestatal. O primeiro momento foi o do Tratado de Tordesilhas, de 1494, e o do Tratado de Zaragoza, de 1529, os quais dividiram o mundo entre os reinos de Portugal e Espanha em relação às novas possessões, incluindo as terras ao Oeste e ao Leste da Península Ibérica. O segundo momento foi a Conferência de Berlim (1884 – 1885), na qual o continente africano é partilhado entre as potências imperialistas.

O terceiro evento é a Cortina de Ferro, que representa a polarização que separa a Europa Ocidental da Europa Oriental, que foi influenciada pelo comunismo sob os signos da Guerra Fria. Por fim, o quarto momento é a queda do Muro de Berlim em 1989, que, junto com o fim da Guerra Fria, é considerado um sinal do fim da polarização e do início do mundo livre. Mas quão grátis é? A história nos preservará uma série de novos muros de separação, como os entre Israel e Palestina, entre os Estados Unidos da América e o México, e entre a Europa e os refugiados da África e do Oriente Médio. No entanto, a organização de Foucher (2009) é muito interessante no ensino e reflete a internacionalização do modelo de fronteira de outras partes do mundo contemporâneo.

Este trabalho vai contra a visão de alguns autores, que apontam que o advento da globalização é o fim das fronteiras entre os países. Nesse sentido, concordamos com Ferrari (2014), que apontou que a fronteira não tem fim, mas o conceito de fronteira é reconstruído ou atualizado, pois o conceito tende a mudar ao longo do tempo, assumindo certas características específicas aos requisitos: O tempo e o presente. Nesse sentido, a fronteira está se tornando cada vez mais ativa e cheia de vitalidade. Segundo Machado (2002), dada a nova agenda política e

econômica do espaço físico mundial no contexto da globalização, as questões de fronteira parecem ser o tema central das relações internacionais, especialmente dentro dos grupos econômicos. Precisa ter uma nova compreensão de seu papel.

No Brasil, mesmo em um contexto de território altamente internacionalizado, a densidade normativa, técnica e política sobre o assunto é cada vez maior. Machado (2002) apontou que essas mudanças internacionais que afetam a compreensão de fronteiras tornam necessário reconsiderar a distinção entre limite e fronteira.

Na geopolítica, várias classificações são elaboradas, como limites naturais, limites políticos, limites como linhas, limites como o movimento Ratzel, limites da conformação do espaço vital de Haushofer e o princípio de "limite espiritual" e "inviolabilidade de limite" de Jacques Ancel, Turner fronteira móvel, fronteira suave e fronteira rígida, fronteira quente e fronteira fria, fronteira viva e fronteira morta (MARTIN, 1997; KNAUSS, 2004). André Martin mencionou alguns esforços para classificar os limites em seu trabalho.

Além das já mencionadas, vale mencionar que Richard Hartshorne, Derwent Whittlesey e Stephen B. Jones fizeram a classificação na fronteira anterior, na fronteira subsequente, na fronteira sobreposta e na fronteira subsequente. Além disso, há a classificação de Jacques Ancel de limites morfológicos amorfos, plásticos e móveis, e a classificação de Whitemore Boggs de limites físicos, geométricos, culturais e complexos, que são compostos de vários elementos e fatores. Em sua análise, Armando Corrêa da Silva também fez classificações interessantes de fronteiras naturais e artificiais com base em trinômios naturais, lineares e espirituais. (MARTIN, 1997).

A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

A fronteira com o Paraguai (1872) foi a última fronteira estabelecida pelo império. Isso não aconteceu por acaso. Os obstáculos políticos e de segurança que cercam o jogo geopolítico na região fizeram com que os países do Cone Sul desencadeassem a maior guerra já vista no continente: a Guerra do Paraguai. Esse conflito possibilitou que Brasil e Paraguai delimitassem a fronteira pela primeira vez após a independência. No entanto, o tratado não é suficiente para resolver questões

de fronteira, muito menos questões que continuarão a ameaçar a segurança e a soberania dos dois países.

Quadro 1 – Principais negociações de fronteiras entre Brasil e Paraguai

Tratado de Limites	09 de janeiro de 1872
Tratado Complementar	21 de maio de 1927
Protocolo de Instruções	09 de maio de 1930
Ata de Foz de Iguaçu	22 de junho de 1966
Protocolo Adicional ao Tratado de 1927	04 de dezembro de 1975
Notas – Ilhas do Rio Paraguai	15 de fevereiro de 1978

Fonte: Furquim Júnior (2007, p. 112).

A fronteira entre o oeste do Brasil e o Paraguai sempre foi isolada do resto do Brasil, próxima da realidade da República, com uso do espanhol e sem escravidão, o que é difícil para os brasileiros que querem chegar à região. A integração desse espaço com o restante do Brasil foi realizada após a assinatura de 1856 e a incorporação do Acordo de Livre Navegação do Rio Paraguai em 1858 (GARCIA, 2009).

Em termos de defesa nacional, a fronteira recebeu tratamento especial ao abrigo da “Lei Imperial” nº 601/1850, que proíbe a venda de terrenos a menos de 10 léguas da fronteira. Mesmo antes da guerra, as forças armadas já existiam na fronteira com o Paraguai. Em 1827, as atividades oficiais da Marinha tiveram início com a implantação de um arsenal naval no Estado de Mato Grosso (SZOCHALEWICZ, 2014).

Antes do conflito, o Exército também se posicionou na área por meio de uma guarnição, que contava com regimento de artilharia, caçadores e cavalaria leve, e passou a lutar com companhias de pedestres em 1861 (SANTOS, 2010).

A presença das Forças Armadas representa a linha de ocupação militar, o que não significa necessariamente que a fronteira esteja protegida. O reduzido efetivo militar e o declínio das condições na parte central do vasto território tornaram a fronteira oeste do Brasil extremamente frágil, tornando as relações amistosas com o Paraguai uma fonte de segurança e estabilidade na fronteira entre os dois países.

Essa situação mudou com a Guerra do Paraguai, quando as forças armadas foram reorganizadas e a fronteira passou a ter mais presença militar do que antes.

No final da década de 1950, a fronteira entre Brasil e Paraguai voltou a chamar a atenção de mais imigrantes brasileiros para os países vizinhos. Nas décadas de 1960 e 1970, com a construção da hidrelétrica de Itaipu e a aceitação do governo paraguaio, essa fronteira foi adquirida e fortalecida. (ALBUQUERQUE, 2005).

Esse fluxo de brasileiros faz parte da marcha para o oeste que aconteceu, principalmente, durante o governo Juscelino Kubitschek e o Regime Militar com o objetivo de povoar o Brasil central e oeste. Do lado do governo paraguaio, ocorreu *La marcha para Este* durante o governo Alfredo Stroessner (1954-89) (MACHADO, 2010).

O objetivo estratégico dessas duas políticas é expandir o tamanho da população das áreas de fronteira e permitir a expansão do capital e do desenvolvimento nacional. O aspecto externo da política de Kubitschek envolve a previsão dos interesses do Brasil na América Latina, incluindo a política de cooperação com o Paraguai. Esse método também permite que países vizinhos sejam trazidos para a esfera de influência do Brasil em detrimento da Argentina, alterando, assim, o equilíbrio de poder na região. Do lado do Paraguai, há interesse em romper sua dependência da Argentina e, possivelmente, reequilibrar suas relações internacionais a nível regional (ALBUQUERQUE, 2005).

Os brasileiros que emigraram para o Paraguai e marcharam para o oeste também seguiram a lógica da fronteira territorial descrita por Cervo (2010). O autor conecta a história da fronteira com a história da dependência do capitalismo, o que agrega um novo espaço às demandas do sistema produtivo. As fronteiras de produção (geralmente agrícolas) e de ocupação são contrárias aos centros urbanos tradicionais, enquanto os centros urbanos tradicionais carregam a velha tensão, que reaparece mais fortemente nas zonas de fronteira onde não existe país. Os casos brasiguaios é um símbolo de transferência das tensões internas para a arena internacional.

Nesse caso, as tensões do Brasil aumentaram no Paraguai, aumentando o potencial de conflito na região. Nesse contexto, a década de 1950 marcou a transformação do sistema de segurança americano de reciprocidade em coletivo, que foi influenciado pelos Estados Unidos, alinhando o Brasil e os países da região aos seus conceitos e preocupações de segurança (HIRST, 2003).

A Operação Pan-Americana está alinhada a essa estratégia que une segurança e desenvolvimento e tem como visão colocar os Estados Unidos em uma posição de liderança na região, com o objetivo de expandir seus investimentos na América do Sul. Estabeleceu uma aliança progressiva que absorverá a essência da OPA (VIZENTINI, 1994).

Os brasileiros estão longe dos países latino-americanos, o que reflete a falta de compreensão da identidade latino-americana no plano cultural e a dificuldade de estabelecer posições conjuntas de longo prazo no plano político. O efeito disso na fronteira é conseguir um silêncio claro. A fronteira é muito importante no processo de delimitação do território brasileiro, mas depois disso, seu processo de conflito e cooperação é secundário ou inexistente. Em relação aos conflitos, o objetivo das ações do Brasil é incluir possíveis conflitos regionais que possam afetar as fronteiras do Brasil. Por sua vez, a cooperação está focada no centro político, em vez de tratar a fronteira como relevante.

O valor da fronteira significa o valor da realidade geográfica. Nas relações internacionais, isso significa dar importância às relações com os países vizinhos, mas, na maioria das vezes, as relações preferenciais do Brasil estão concentradas principalmente na Europa e nos Estados Unidos. A América do Sul tem progredido lentamente na participação e defesa do multilateralismo por meio de instituições a nível internacional, principalmente devido ao posicionamento realista do Brasil na região, que dá mais ênfase ao equilíbrio de poder do que aos mecanismos institucionais. Essa dinâmica é benéfica para o Brasil na região, mas dificulta o desenvolvimento da iniciativa de cooperação fronteiriça do Brasil (PINHEIRO, 2000).

Portanto, nesse período, a dinâmica da segurança na fronteira entre Brasil e Paraguai foi impactada por tensões internas transbordadas pelo fluxo de imigração

fronteiriça, e a captura do processo fronteiriço entre Brasil e Paraguai foi restringida pela dinâmica regional. A competição entre Brasil e Argentina, esta última com foco na distribuição de energia elétrica na região - envolvendo a segurança energética e o papel estratégico de Itaipu na geografia regional.

No sistema militar, a importância estratégica do Paraguai para o Brasil aumentou. No entanto, assim como as relações bilaterais aumentaram, também aumentaram os pontos de conflito. Na década de 1960, o Brasil ocupava cerca de 20 quilômetros de território de fronteira, que está em disputa. Representantes do Paraguai foram expulsos da área e esses países estão prestes a entrar em conflito. Essa situação só poderá ser resolvida quando os dois países chegarem a um consenso sobre o aproveitamento comum do potencial energético de Sete Quedas, o que levará à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O projeto inundou questões de fronteira, mas também criou outros problemas (ALBUQUERQUE, 2005; GOMES, 2011).

O Paraguai selecionou projetos nacionais em várias crises políticas até que o país atingisse certo nível de estabilidade. O Paraguai era um grande país agrícola antes da década de 1980, e era mais proeminente entre os países que prestavam serviços e produtos estrangeiros em suas áreas de fronteira, 70% da população vivia no país (ALBUQUERQUE, 2005).

Essa realidade significa que a fronteira brasileira, seja ela originada no Paraguai ou transitada pelo país para chegar ao Brasil, é gravemente afetada por movimentos legais e ilegais. O problema fundiário é outra fonte de tensão, que pode ser explicada pela Lei Agrícola de 1963, que liberou a venda de terras na fronteira para estrangeiros, estimulou o fenômeno dos brasiguaios e intensificou os conflitos sociais na região. A Lei de Segurança de Fronteira revisou o Estatuto em 2004. A lei não obteve os direitos, mas afetou a maioria dos brasileiros que não tinham direitos de propriedade ou não eram reconhecidos (ALBUQUERQUE, 2005).

A FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

Historicamente, o Uruguai era considerado um país fronteiriço do Brasil, ou seja, a fronteira competitiva entre o Brasil e a Argentina na região da Prata. A frase

que descreve o Uruguai como o algodão entre dois cristais (Brasil e Argentina) foi falado pela primeira vez por Lord Pomsonby, o facilitador britânico da guerra da cisplatina, e recebeu uma resposta hoje em um discurso político, embora este não seja um exemplo em geral a competição de Rata.

O ex-presidente Mujica reaproveitou a frase ao falar sobre sua relação com a presidente argentina Cristina Kirchner e a brasileira Dilma Rousseff, que em parte reflete o desempenho da política externa do Uruguai para os dois países. (OLIVEIRA, 2012).

Após a independência do Uruguai, o Brasil continuou a intervir na política dos países vizinhos, além da Argentina e do Paraguai. A oposição entre partidários *blancos* e *colorados* no Uruguai envolveu brasileiros do sul do país e argentinos do norte e nordeste do país.

Em 1864, um esquadrão brasileiro foi enviado a fazendeiros no sul do Brasil para receber indenizações. Esse período marcou o sequestro da política externa brasileira devido a problemas no sul do país. Depois que o Paraguai respondeu à intervenção do Brasil no Uruguai, isso levaria ao início de uma das maiores guerras no Cone Sul, a Guerra do Paraguai. A fronteira de fluxo entre interesses nacionais não cooperativos, mas conflitantes, é o fator decisivo para impedir a retirada das negociações, e a guerra é uma extensão da política para resolver esse problema.

Um conjunto de cinco acordos é responsável por definir a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Esses acordos acabaram com a reivindicação do Brasil ao território do Uruguai e, em 1870, com o fim da Guerra do Paraguai, terminou a intervenção do Brasil na região. O Uruguai assumiu uma postura de sair e se aproximar do Reino Unido (ALLENDE, 2015).

Em 1909, Brasil e Uruguai assinaram o acordo “Sobre a Divisória dos Rios Mirim e Jaguarão em Lagos e o Tratado de Comércio e Navegação destas Áreas”. Nesse acordo, o primeiro-ministro brasileiro, Barão do Rio Branco, abandonou os condomínios de água e os países definiram seus usos, o que melhorou muito a relação entre os dois países (ALLENDE, 2015).

Nos cinquenta anos seguintes, esta atmosfera amigável continuou, especialmente em 1916 e 1918, quando ambos os países assinaram uma convenção sobre uma melhor delimitação de fronteiras, o Tratado de Extradicação Criminal, Acordo de Convenção Geral de Arbitragem Obrigatória. Isso foi seguido pelo Tratado de Reconciliação e Reconciliação da Dívida de 1918, no qual a dívida histórica do Uruguai foi alocada ao Brasil para construir uma infraestrutura comum ao longo da fronteira.

Quadro 2 – Principais negociações de fronteiras entre Brasil e Uruguai

Tratado de Limites	1851
Tratado da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão	1909
Convenção para modificar no Arroio São Miguel a Fronteira	1913
Estatuto Jurídico da Fronteira	1933
Notas Reversais do Lateral Marítimo Brasil/Uruguai	1972
Ajuste Complementar ao Estatuto da Fronteira	1997

Fonte: Navarrete (2006).

O quadro acima ilustra as principais negociações para moldar a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Mesmo assim, ainda existem algumas disputas. A maior parte das fronteiras entre os dois países é seca e não há grandes acidentes naturais, porque mesmo onde há rios existem pontes, o que é bom para o transporte transfronteiriço (NAVARRETE, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, os estados sul-americanos são áreas costeiras e as cidades costeiras têm densidades populacionais relativamente altas. Essa situação cria dificuldades para a internalização das dinâmicas econômicas e sociais. Portanto, os países estudados neste artigo desenvolveram-se em grande parte com suas fronteiras voltadas para trás. Paraguai e Uruguai enfrentam os mesmos desafios, apesar de seus grandes territórios. Os países apoiam uns aos outros, mas não apoiam o povo. Além da preocupação dos militares em garantir a posse de propriedades nessas áreas, cidades gêmeas e cidades ao longo da fronteira escaparam em grande parte da atenção do Estado.

Os casos de fronteira Brasil-Uruguai e Brasil-Paraguai são simbólicos porque, apesar de suas características diferentes, são os casos mais interativos no Brasil. Na fronteira com o Uruguai, especialmente nas áreas próximas às cidades gêmeas, as questões de segurança pública relacionadas às próprias condições de fronteira não são o principal desafio, mas sim a violência relacionada às questões sociais. Por outro lado, existe uma correlação entre as questões de segurança pública na fronteira Brasil-Paraguai e a dinâmica transfronteiriça.

A fronteira é o principal ponto de passagem de armas, cocaína, maconha e cigarros que entram no país. Essas diferenças podem ser vistas quando Paraguai e Bolívia compartilham uma posição estratégica como o coração da América do Sul. Esses dois países estão localizados no centro do continente sul-americano e têm as condições para conectar os mercados ilegais da região. Devido ao seu enorme mercado consumidor e vasta costa atlântica, o Brasil acabou sendo promovido como destino final e rota de trânsito para atividades ilegais, especialmente para os mercados europeu e africano.

Embora a situação nas fronteiras Brasil-Uruguai e Brasil-Paraguai seja diferente, existem algumas semelhanças. Nem o Paraguai nem o Uruguai têm uma política nacional de fronteiras, as políticas voltadas para a segurança e proteção das fronteiras são pontuais e procuram solucionar problemas específicos de cada realidade. Tomemos como exemplo o Paraguai, cujo objetivo é solucionar o problema fundiário causado pelo grande número de brasileiros que emigram para a fronteira com o Paraguai.

O crescimento populacional e a densidade dessas fronteiras, aliadas às condições socioeconômicas locais, não só possibilitam, mas também facilitam o desvio e o contrabando no cotidiano, atraindo grupos criminosos de fora da região e fortalecendo o entorno.

No caso do Uruguai, a principal preocupação eram as questões fitossanitárias, que eram causadas principalmente pelo gado que cruzava a fronteira e, caso adoecesse, poderia prejudicar as exportações do país. O gado também é um problema no Brasil, porque um dos principais crimes de fronteira no Brasil é o

abigeato, que também é um dos crimes transfronteiriços mais comuns no Uruguai, porque é fácil para os criminosos cruzarem a fronteira seca. Isso mostra que não só a questão fitossanitária é um problema, mas o roubo de animais em si também é um problema.

Sendo assim, podemos considerar que as questões que desafiam as melhorias na segurança pública nas fronteiras do Brasil são muito complexas e não operam em uma lógica bipolar, mas sim numa lógica sistêmica e complexa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Campesinos paraguayos y “brasiguayos” en la frontera este del Paraguay. In: **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Ed: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI), 2005.

_____. **Fronteiras em Movimento e Identidades Nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Fortaleza: Tese da Universidade Federal do Ceará, 2005.

ALLENDE, Rafael Alvariza. **Um Balanço da Relação entre Uruguai e Brasil: evolução, convergências e integração**. In: Konrad Adenauer Stiftung. Série Relatório de Países. Brasília, 03 de outubro de 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313604995_Um_balanco_da_relacao_entr_e_Uruguai_e_Brasil_evolucao_convergencias_e_integracao. Acesso em: 27 maio 2021.

ALMEIDA, Letícia Nuñez. **Subsistemas fronteiriços do Brasil: mercados ilegais e violência** [livro eletrônico] / Letícia Nuñez Almeida, Agnes Félix, Inara Paschoalino, Jeniffer Silva, Rafael Masson Rocha, Nathan Bueno – Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

CAMPOS, Sergio Flores de. Ações integradas: segurança pública em área de fronteira. **Revista Brasileira de segurança pública**, ano 3, ed. 4, 2009. Pesquisado em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/45-Texto%20do%20artigo-75-1-10-20120921.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; CLODOALDO, Bueno. **História da política exterior do Brasil**. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

FURQUIM JUNIOR, Laercio. **Fronteiras Terrestres e Marítimas do Brasil: um contorno dinâmico**. São Paulo: Dissertação de mestrado do departamento de geografia da USP, 2007

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. **Uma Fronteira Aberta:** A fronteira oeste do Brasil na era dos impérios. Fortaleza: XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2009.

MACEDO, Andréia de Oliveira. **“Polícia, quando quer, faz!” - Análise da Estrutura de Governança do “Pacto pela Vida” de Pernambuco.** Brasília – DF, 2012.

MACHADO, Lia Osório. **Espaços Transversos:** Tráfico de Drogas Ilícitas e a Geopolítica da Segurança. Grupo RETIS, Departamento de Geografia, UFRJ, CNPq. Publicado em Geopolítica das Drogas (Textos Acadêmicos). Fundação Alexandre Gusmão /MRE. 2011.

MAIA NETO, Cândido Furtado. **Direito Constitucional Penal do Mercosul.** Curitiba: Juruá, 2006.

MALARINO, Ezequiel; BACILA, Carlos Roberto; CHOUKR, Fauzi Hassan; COLOMER, Juan-Luis Gomez. **Polícia e Estado Democrático de Direito na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Lúmem Júris, 2004.

NAVARRETE, Margarita. **Región Fronteriza Uruguayo – Brasileira:** Laboratorio social para la integración regional: cooperación e integración transfronteriza. Tutor: Lincoln Bizzozero. Universidad de la República: Facultad de Ciencias Sociales, Montevideo, 2006.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de; ONUKI, Janina. Brasil, Mercosul e a segurança regional. **Rev. Bras. Polít. Int.**, vol. 43, nº2, Brasília, 2000.

OLIVEIRA, Davi. Operação Ágata 8 bate recorde de apreensão de drogas. **EBC Agência Brasil.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/operacao-agata-8-bate-recorde-de-apreensao-de-drogas>. Acesso em: 27 maio 2021.

OLIVEIRA, Eliane. 'Uruguai é o algodão entre cristais', diz Mujica sobre relação no Mercosul. In: **O Globo.** Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/uruguai-algodao-entre-cristais-diz-mujica-sobre-relacao-merc-sul-6965437>. Acesso em: 27 maio 2021.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; BRITES, Pedro Vinícius Pereira; MUNHOZ, Athos. **O Papel do Ministério da Defesa na Política Externa Brasileira para a América do Sul.** Porto Alegre/RS, Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI), junho, 2012.

OLIVEIRA, Márcio Gimene de. **A fronteira Brasil-Paraguai:** principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. **Contexto Internacional**, Vol. 22, julho/dezembro 2000.

SANTOS, Milton. **O Retorno do Território**. Território, Globalização e Fragmentação. 3ª ed. São Paulo, 1996.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto. **Abordagens atuais em segurança pública**, org. Rodolfo Herberto Schneider. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SZOCHALEWICZ, Jucemir Ramos de Macêdo. **A Presença da Marinha do Brasil na Fronteira Oeste**: fator de desenvolvimento e segurança. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O nacionalismo desenvolvimentista e a Política Externa Independente. **Rev. Bras. Polít. Int.** 1994, vol 37, nº1.